

NOTA INFORMATIVA

Nº 02.2021 | 29 Jan 2021

FMI continua satisfeito com cumprimento do Programa

PIB continuou a diminuir em termos homólogos, no 3º trimestre de 2020

A. DESCRIÇÃO

1| A 12 de Janeiro, o FMI deu como positiva a 4ª avaliação do Programa de Financiamento Alargado a Angola, libertando assim mais USD 0,49 mil milhões (MM). A instituição voltou a reforçar os elogios ao compromisso das autoridades com políticas responsáveis ao abrigo do programa, de maneira particular a gestão orçamental bastante conservadora.

2| Ficaram por cumprir, ainda assim, alguns objectivos estruturais, maioritariamente adiados para o 1º semestre deste ano, incluindo-se também duas novas metas deste género. Os restantes critérios foram cumpridos, na generalidade.

3| A perspectiva de crescimento para 2021 foi moderada, com o Fundo a esperar agora 0,4% de aumento do PIB este ano (face a 3,2% na última revisão). O cenário económico do Fundo está assim alinhado com o do Executivo: de facto, o FMI assume nestas previsões que o preço do Brent não superará os USD 50 até 2023, de modo relativamente conservador.

B. ANÁLISE

1| O tom geral da avaliação volta a ser positivo, numa avaliação sem novidades de monta desde a anterior, em Setembro. Dos objectivos dos critérios de desempenho à data de Junho de 2020, 5 foram cumpridos, não tendo sido cumprido o critério da não-acumulação de atrasados externos devido a questões com banca de correspondência; porém, já em Julho de 2020 a situação foi corrigida, tendo-se criado uma conta caucionária para depósito de montantes em dívida. As metas indicativas foram todas cumpridas, por outro lado. No caso das metas estruturais, houve claros atrasos:

- Pagamento de todos os atrasados acumulados até 2018; data-limite: final de Dezembro de 2020 – não cumprido, tendo sido pago cerca de 80% dos atrasados, com o Governo a esperar concluir pagamentos até ao final do primeiro semestre de 2021;
- Alocação de pelo menos 45% dos contractos públicos elegíveis através de concurso público; data-limite: final de Dezembro de 2020 – cumprido, com 88% dos projectos elegíveis a ser atribuídos através de concurso público;
- Publicação de estratégia sobre o papel do Estado no sector bancário; data-limite: final de Fevereiro de 2020 – não cumprido, estando dependente da finalização do plano de reestruturação do BCI; nova data-limite no final de Março de 2021;
- Aprovar nova Lei das Instituições Financeiras; data-limite: final de Setembro de 2020 – não cumprido, estando apesar disso já a ser apreciado pela Assembleia Nacional; nova data-limite no final de Março de 2021;
- Submeter nova Lei do BNA ao Conselho de Ministros; data-limite: final de Setembro de 2020 – não cumprido, tendo sido submetida apenas em Dezembro de 2020;
- Completar a recapitalização do sector bancário, exigindo os níveis necessários de capital; data-limite: final de Junho de 2020 – não cumprido, estando dependente da implementação do plano de reestruturação do BCI; nova data-limite: final de Março de 2021;
- Reforço da *governance* da Recredit; data-limite: final de Agosto de 2020 – não cumprido, estando dependente da nomeação de um membro independente do Conselho de Administração, o que deverá ocorrer até ao final de Fevereiro de 2021;

- Submeter nova Lei das Empresas Públicas; data-limite: final de Dezembro de 2020 – cumprido.

Foram ainda definidos 2 novos objectivos estruturais: o envio da nova Lei do BNA à Assembleia Nacional (até final de Janeiro) para aprovação, e a aprovação de novas alterações à Lei das Empresas Públicas, nomeadamente no âmbito da segregação da função de *compliance* (até final de Junho deste ano).

2| No que toca às perspectivas face à economia angolana, o Fundo continua optimista quanto ao impacto das reformas estruturais no desempenho da economia não-petrolífera, prevendo que o crescimento seja de 2,5% em 2021, acelerando até 4,7% em 2023, mesmo sob a premissa de preços petrolíferos abaixo dos USD 50. A inflação deverá voltar a desacelerar (com ajuda de algum aperto da política monetária), com a instituição a prever o retorno a perto dos 9% em 2023.

3| A frente orçamental é aquela em que o Governo tem tido mais resultados, com o Fundo a elogiar o esforço do Executivo em altura de pandemia. Note-se a consolidação do défice primário não-petrolífero (DPNP) em percentagem do PIB como medida do sucesso da contenção orçamental, uma métrica que permite expurgar os efeitos dos juros pagos e das receitas em impostos petrolíferos, que estão fora do controlo orçamental actual. Nesse sentido, em 2020 o DPNP terá sido de 4,3% do PIB, um mínimo histórico, e inclusivamente abaixo do objectivo operacional de médio-prazo que consta na nova Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas (5%). O FMI espera que este saldo permaneça abaixo dos 5% nos próximos anos; olhando para o saldo orçamental na sua globalidade, o FMI prevê que o Executivo gaste menos do que as suas receitas durante os próximos 3 anos, ainda que a previsão para este ano seja de um superávit ligeiro, de apenas 0,3% do PIB.

No final do ano passado, devido ao efeito cambial, a dívida pública terá atingido um máximo histórico em percentagem do PIB, em torno dos 134,2%, esperando-se que desça até 97,2% no final de 2023.

É de notar a nova referência à reforma nos preços dos combustíveis, em que novamente é elencada como condicional ao desenvolvimento do Programa Kwenda, de transferências monetárias a famílias carenciadas. O Fundo refere que “as autoridades planeiam prosseguir com as reformas da subsidiação aos combustíveis gradualmente, assim que o programa de transferências monetárias chegue a uma massa crítica de famílias”. A nossa interpretação é de que isto significará uma implementação seguramente mais tarde do que no 1º semestre, mas fundamentalmente dependente da evolução do Programa Kwenda, que enfrentou atrasos vários devido à pandemia.

Caixa 1 – Contas Nacionais 3º Trimestre 2020

1| A economia angolana registou entre Julho e Setembro do ano passado uma quebra homóloga de 5,8%, representando o 5º trimestre consecutivo de diminuição. O decréscimo deve-se, por um lado, à variação de -5,1% yoy no sector petrolífero, e por outro, a muito significativas baixas na actividade dos sectores da construção (-35,9% yoy) e dos transportes (-81,3% yoy). Entre Janeiro e Setembro de 2020, a actividade económica angolana diminuiu 5,0% face ao mesmo período de 2019. **Em termos trimestrais, registou-se no 3T2020 um crescimento de 2,7% após quebras de 1,7% e 6,8% no 1º e 2º trimestre, respectivamente.** É importante referir que com a aplicação das medidas de confinamento no 2º trimestre, a actividade económica foi afectada de maneira importante. Dadas essas circunstâncias, o retomo gradual da actividade económica no 3º trimestre (com menos restrições) explicam esse crescimento trimestral. O crescimento seria mais significativo caso estivesse próximo da taxa de declínio do trimestre anterior (-6,8%).

Os dados anteriores sofreram ligeiras revisões, com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) a revelar uma diminuição mais ligeira da economia angolana. Nos dois primeiros trimestres de 2020 registaram-se revisões em alta de 0,9pp e 0,5pp no 1º e 2º trimestre para diminuições de 0,9% yoy e 8,3% yoy respectivamente. **Tratou-se da primeira publicação de Contas Nacionais trimestrais com ajuste sazonal por parte do INE.**

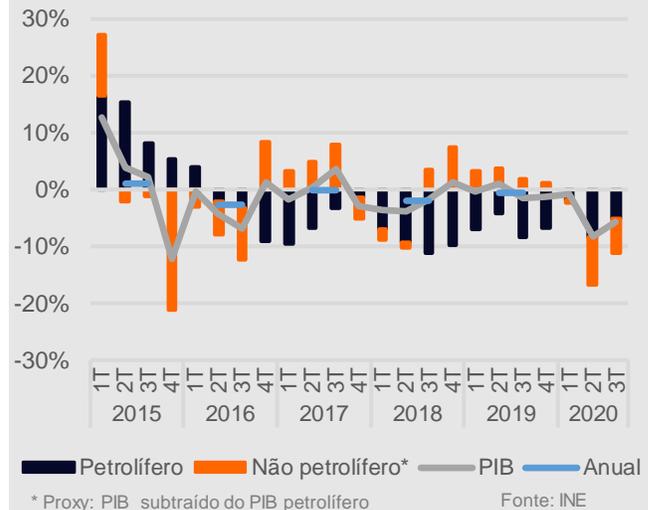
2| Pelo 18º trimestre consecutivo, a economia petrolífera observou uma variação homóloga negativa, tendo contraído cerca de 5,1% no 3º trimestre de 2020. Para os primeiros 9 meses de 2020, a economia petrolífera contraiu 5,1%, 1,4 pontos percentuais (pp) abaixo da queda registada no mesmo período de 2019. A diminuição continua a dever-se à suspensão de novos investimentos previstos em 2020 e ao declínio natural de alguns poços, em conjunto com a restrição de produção imposta pelas quotas da OPEP. Os dados recolhidos de maneira independente pelo cartel indicam uma quebra homóloga de 12,8% yoy com a produção média anual a situar-se a volta dos 1,21 mbd para 2020: de momento, Angola continua a produzir petróleo abaixo da quota estipulada pelo acordo da OPEP+ (1,25 mbd).

3| O sector não-petrolífero deverá ter contraído no 3º trimestre de 2020, fruto por um lado do impacto das medidas aplicadas para fazer face à pandemia da Covid-19 e por outro ao efeito da quebra nas receitas petrolíferas que levou a menos disponibilidade económica para investimento público e outros gastos estatais.

Com o ajuste sazonal dos dados das contas nacionais trimestrais, foram realizados ajustes nas medidas do desempenho de vários sectores da economia. Os dados do sector da construção foram actualizados para os primeiros 6 meses de 2020 tendo sido revistos em baixa os dados do 1T (de +2,9% yoy para -14,1% yoy) e em alta para o 2T (de -41,0% yoy para -26,7% yoy). No que toca ao 3º trimestre, o sector da construção registou uma quebra homóloga de 35,9%, tendo sido o sector que mais contribuiu negativamente para o desempenho da economia (-1,3pp na variação total do PIB). Os dados do sector dos Diamantes foram revistos em baixa, tendo-se registado um declínio entre Janeiro e Junho (de uma diminuição de 3,0% yoy para uma quebra de 89,5%). No 3º Trimestre, o sector dos diamantes contraiu 24,5% yoy, tendo contribuído negativamente em 0,2pp na variação do PIB. Segundo os dados do MinFin, no 3T 2020 a receita proveniente da comercialização dos diamantes diminuiu pouco mais de 50% yoy, fixando-se em USD 148,2 milhões. Em sentido oposto, o sector do Comércio (2º sector com maior peso no PIB angolano) registou um crescimento homólogo pelo 2º trimestre consecutivo, tendo expandido 5,8% (dados anteriores apontavam um decréscimo de 0,3%). Este sector contribuiu em 1,6pp na

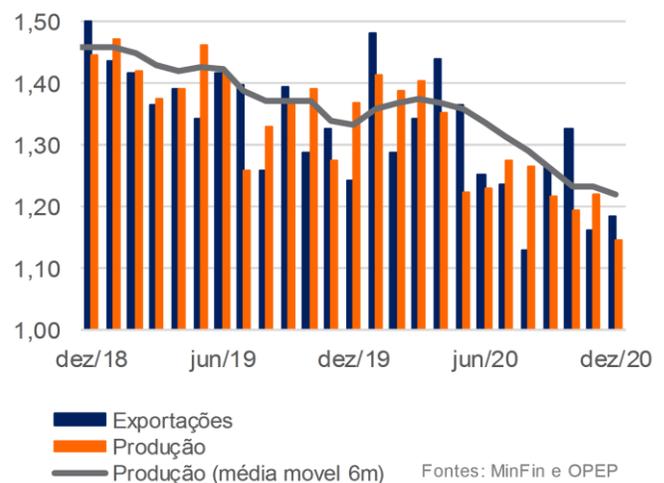
PIB angolano continua em quebra pelo 5º trimestre consecutivo

Variação yoy; Contribuição para a variação homóloga



Produção a diminuir para valores mais baixos dos últimos anos;

Milhões de barris diários

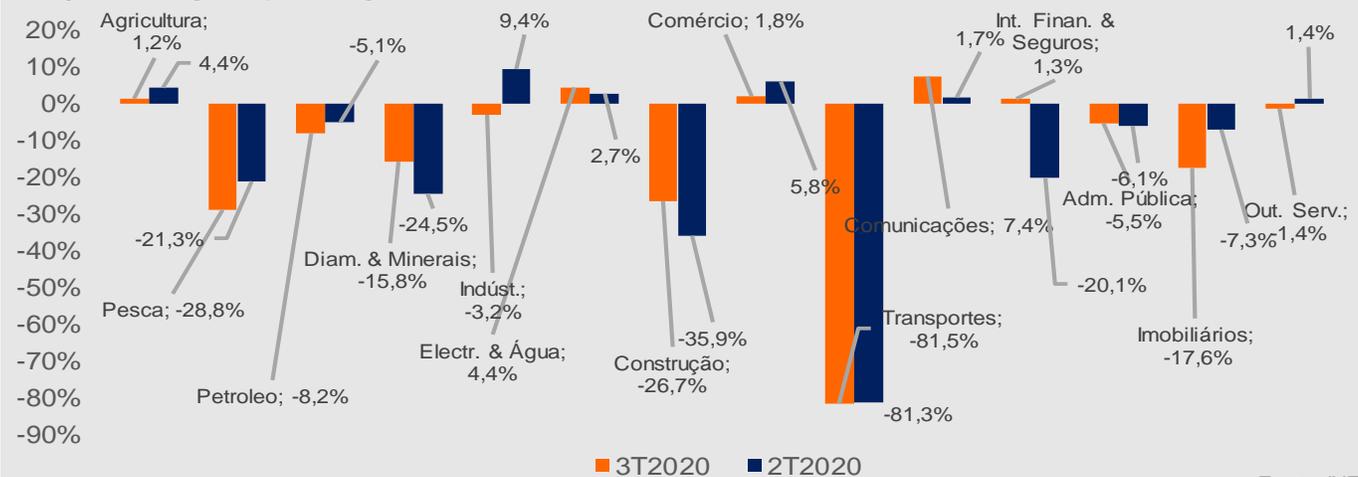


variação do PIB. O sector da agricultura registou um crescimento homólogo de 3,1% tendo contribuído em 0,2pp na variação do PIB. A nova revisão dos dados coloca o peso da Agricultura no PIB trimestral pouco acima dos 5%, corrigindo os dados anteriores que apontavam para um peso superior aos 6% pela primeira vez na série estatística. **Para a totalidade do ano, a economia não petrolífera deverá contrair cerca de 2,9% segundo previsões do FMI.**

Em 2021, a recuperação da economia será condicionada pela evolução da pandemia e da rapidez com que a vacina possa ser distribuída mundialmente, bem como pelo efeito que esse fenómeno terá no mercado petrolífero; esperamos para 2021 um crescimento a rondar os 1-2% com a economia petrolífera a contrair significativamente e a economia não petrolífera a começar a mostrar uma recuperação mais sólida.

Actividade económica no sector da Construção e dos Transportes com grande quebra no 3T 2020; Indústria recuperou após quebras do 2T2020

Variação homóloga em percentagem



Fonte: INE

4|No sector bancário, o Fundo alerta para a pressão ainda existente sobre a qualidade dos activos dos bancos, com a taxa de crédito malparado em 20,2% do crédito total em Setembro do ano passado – bastante abaixo do máximo de 35,8% em Março, depois de uma grande transferência de crédito do BPC para a Recredit no a meio do ano. Por outro lado, a instituição refere os vários temas pendentes no sector, com particular destaque à reestruturação do BCI, que permitirá depois concluir a estratégia para o papel do Estado no sector da banca; porém, a própria reestruturação está dependente da aprovação da nova Lei das Instituições Financeiras, que traz um novo quadro de resolução bancária.

5| A política monetária é outro ponto sublinhado; o FMI reconhece a importância do suporte à actividade económica durante 2020, aliviando pressões de liquidez, através da compra directa de activos (dívida pública) na posse de empresas. No momento actual, a instituição prefere enfatizar a necessidade de controlar a inflação, tendo acordado com o BNA uma redução nas metas para as variáveis monetárias, o que se traduzirá numa postura de maior aperto monetário em 2020 por parte do BNA, para cumprir essas mesmas metas; o FMI sugeriu igualmente que se tenha em conta a possibilidade de aumentar a Taxa BNA, para dar um sinal ao mercado (no actual contexto, a Taxa BNA não é o principal instrumento de actuação do BNA) – as autoridades terão concordado com a necessidade de subir as taxas de juro reais, mas expressaram preocupação com os riscos para actividade económica em subir taxas de maneira apressada. Entenda-se que a taxa de juro real é definida como a taxa de juro

menos a inflação – neste momento, as taxas de juro no mercado interbancário são negativas, e é esse problema que o Fundo pretende corrigir, preferencialmente com uma descida da inflação.

6| No que toca ao equilíbrio externo da economia, o Fundo está, por agora, satisfeito com o nível de Reservas existentes, mas pretendem que se observe uma recuperação do seu nível.

De facto, o equilíbrio externo de Angola deteriorou-se significativamente em 2020, com uma enorme descida nas exportações a trazer a balança corrente para um pequeno défice, na perspectiva do FMI, e a balança financeira a manter um défice significativo. A deterioração foi ainda assim bastante contida face ao que poderia ter sido, devido a dois principais factores, entre outros: a reestruturação da dívida com os credores chineses, que permitiu menos saídas na balança financeira, e a muito significativa depreciação do Kwanza, que levou a uma enorme quebra das importações, permitindo também menos saídas de fundos na balança corrente. **O FMI espera que as Reservas possam voltar a subir em 2021, reflectindo um saldo positivo da balança de pagamentos como um todo, com uma relativa estabilidade nos dois anos seguintes.** Esta previsão, como outras, está subjacente à premissa conservadora dos preços petrolíferos, e poderá ser superada, na nossa óptica. Nomeadamente, a nossa expectativa é de superávites bastante relevantes na balança corrente nos próximos anos, em particular já em 2021.

C. CONCLUSÃO

1| O FMI continua a suportar a agenda de reformas do Executivo, sendo óbvio que foi dada alguma margem extraordinária no que toca ao cumprimento das metas estruturais, tendo em conta a questão pandémica.

2| Mantém-se a esperança de um regresso ao crescimento económico, que desta vez é suportado por um cenário de recuperação de preços petrolíferos face ao seu desempenho muito fraco em 2020. Do lado da economia não-petrolífera, há esperança de que as reformas já feitas (que possibilitarão uma melhoria relevante do ambiente de negócios) tragam novo crescimento, em sectores diferentes, como o mineiro e agrícola.

3| O equilíbrio externo nos próximos anos parece ser possível, sobretudo devido à correcção bastante exigente que ocorreu na importação de bens e serviços no passado recente, devido à depreciação. Concordamos com o Fundo de que há já algumas mostras iniciais de substituição de importações por produção doméstica, mas será necessário acompanhar se esses pequenos aumentos se consolidam nos próximos anos, permitindo uma maior sustentabilidade económica ao país.

Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BFA nos mercados referidos. O BFA, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BFA e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte. Os números são expressos utilizando o ponto como separador de milhares e a vírgula como separador decimal e utilizando a designação de "milhar de milhão" para 10^9 .